

10ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO



**PCP**

**MAIS FORTE NA LUTA  
PELOS VALORES DE ABRIL**



*28 JUN, SÁB / 14:30H / Faculdade de Belas Artes UP*

# Resolução Política



# ÍNDICE

---

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	5
<b>2. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA DO PORTO</b>	5
2.1 Demografia e População Activa	5
2.2 Serviços Públicos	9
2.3 Conclusão	11
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA LOCAL</b>	11
3.1 As Eleições Autárquicas de 2013	11
3.2 As Eleições para o Parlamento Europeu de 2014	13
3.3 O actual quadro político-partidário no concelho	14
3.4 A ofensiva contra o Poder Local Democrático	15
<b>4. ACTIVIDADE E INTERVENÇÃO POLÍTICA DO PCP NA CIDADE DO PORTO</b>	16
4.1 Participação na actividade geral do Partido	16
4.2 Trabalho unitário e luta de massas	16
4.3 Informação e Propaganda	17
4.4 Passeio das Mulheres CDU	17
4.5 Festa do Avante	17
4.6 Trabalho institucional	18
<b>5. ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO</b>	18
5.1 Direcção da Organização da Cidade do Porto	19
5.2 Organismos executivos da DOCP	19
5.3 Organizações de base	20
5.4 Organizações de sector ou empresa	20
5.5 Grupos de trabalho	20
5.6 Campanha Pela Elevação da Militância	20
5.7 Fundos	21
<b>6. PRINCIPAIS OBJECTIVOS E METAS DE TRABALHO - SÍNTESE</b>	21



## 1 INTRODUÇÃO

No período que decorreu desde a 9ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto foram significativas as evoluções ao nível da situação política, económica e social, quer no plano local, quer no plano nacional, que serão objecto de tratamento desenvolvido ao longo do documento.

O país está confrontado com a tentativa de imposição da perpetuação da ingerência externa e das políticas de saque aos rendimentos dos trabalhadores e do povo e de agravamento das injustiças. Concluído o período de concretização do Pacto de Agressão, subscrito entre as troikas nacional e estrangeira, Portugal é um país mais pobre, mais dependente e mais endividado. O Porto é hoje um concelho mais envelhecido, mais despovoado e menos desenvolvido, espelho de uma região e de um país em declínio. A realidade confirma as apreciações feitas em devido tempo pelo PCP e as propostas alternativas adiantadas, nomeadamente a necessidade de concretização de um processo de renegociação da dívida pública, nos seus prazos juros e montantes, e o desenvolvimento de uma política patriótica e de esquerda, capaz de romper com o rumo de desastre em curso.

Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu do passado dia 25 de Maio confirmaram a justeza da reivindicação de demissão imediata do Governo e convocação das eleições legislativas antecipadas, devolvendo a palavra ao povo, abrindo caminho para a ruptura com estas políticas. Os partidos que suportam o Governo PSD/CDS tiveram o mais baixo resultado de sempre. Os partidos das políticas das troikas (PSD, CDS e PS) juntos perderam 400 mil votos, ficando no conjunto abaixo de 60% dos votos expressos, o que é revelador do descontentamento que estas políticas geram entre o povo e os trabalhadores portugueses.

A declaração de inconstitucionalidade do Orçamento do Estado de 2014 (o 3º Orçamento consecutivo com normas declaradas inconstitucionais, a par com diversa legislação sobre questões laborais e sociais igualmente declarada inconstitucional) agravada pela inaceitável pressão pública e institucional do Governo e dos partidos que o suportam sobre o Tribunal Constitucional, evidencia que o Governo da coligação PSD/CDS se posiciona claramente contra a Constituição da República, não tendo condições políticas para continuar em funções.

Das últimas eleições autárquicas resultou uma nova correlação de forças ao nível do Município e da maioria das freguesias da cidade do Porto. A coligação Rui Moreira/CDS/PS tem vindo a marcar o início do mandato por uma retórica de mudança que não se traduziu em mudanças significativas nos principais eixos das políticas autárquicas.

Nestes dois anos decorridos, a Organização da Cidade do Porto do PCP, na sua intervenção intensa e diversificada, procurou sempre afirmar o Partido e o seu projecto alternativo, mobilizando para a luta os trabalhadores, as populações e todos os atingidos pelas políticas de direita. Neste documento é feito um balanço deste largo trabalho realizado, valorizando determinados aspectos e apontando outros a melhorar ou corrigir.

Ao nível da Organização do Partido, o documento avança com uma análise das dificuldades existentes e dos progressos realizados, apontando medidas para inverter, resolver ou melhorar as diferentes situações.

Com a perspectiva de reforço da organização do Partido e de uma maior e melhor intervenção, são também traçados aqueles que se consideram ser os principais objectivos de trabalho até à próxima Assembleia, a realizar preferencialmente com periodicidade bienal.

As análises e propostas avançadas nesta Resolução Política enquadram-se no programa do PCP “Uma Democracia Avançada – Os Valores de Abril no futuro de Portugal”, nas demais orientações aprovadas no 19º Congresso e na 10ª Assembleia da Organização Regional do Porto.

## 2 CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO PORTO

### 2.1 Demografia e População Activa

A evolução da cidade do Porto nas últimas décadas e, em particular, nos últimos anos, traduz-se numa redução significativa da sua população, na perda de importância populacional no contexto regional e nacional, no envelhecimento e

empobrecimento dos seus moradores e numa alteração significativa do seu tecido económico. Mantêm-se na cidade fortes assimetrias ao nível do desenvolvimento das suas freguesias. Esta situação resulta das políticas de direita seguidas nas últimas décadas quer ao nível nacional, quer ao nível local.

Nos últimos 20 anos a cidade do Porto perdeu importância, em termos populacionais, no contexto do Grande Porto, passando de primeiro a segundo Município (por troca com Vila Nova de Gaia) e passando a representar apenas 17,79% da população da região, quando em 1991 representava 25,9%.

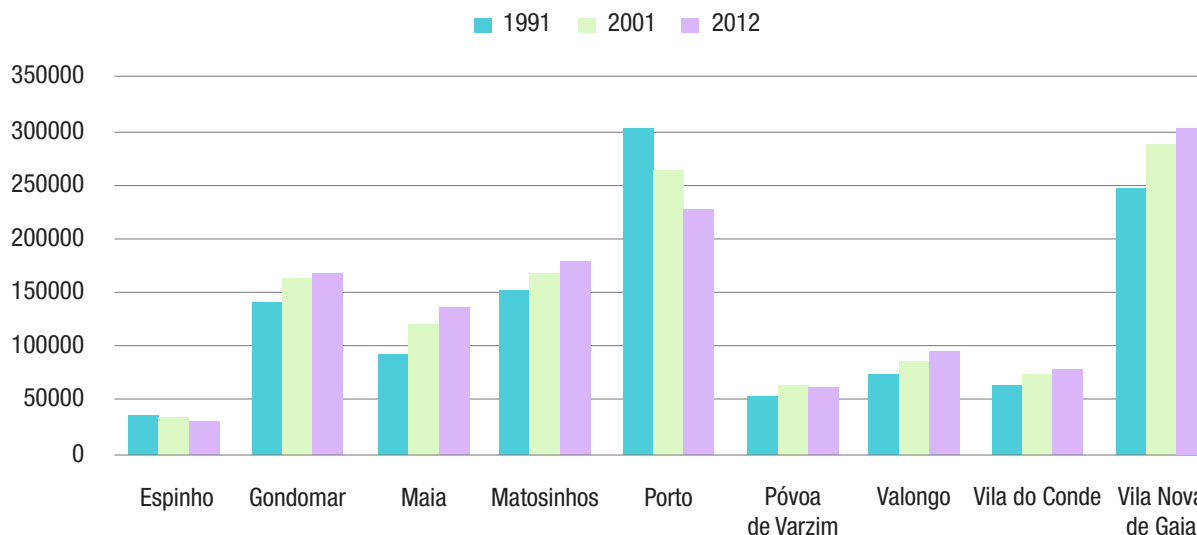


Gráfico 1 - Evolução da População nos Municípios do Grande Porto Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte (2001 e 2012)

A perda de população do Porto atingiu, entre 1991 e 2011, 64.881 habitantes, ou seja, 21,45% dos seus residentes. Esta perda corresponde a cerca de 9 habitantes/dia.

Esta perda de população não é, no entanto, uniforme ao nível das 15 freguesias. As designadas freguesias do Centro Histórico (Miragaia, S. Nicolau, Sé e Vitória) são aquelas onde se registam maiores perdas (em todas superiores a 50%), seguindo-se, num segundo patamar, as freguesias da “coroa” envolvente do Centro Histórico (Massarelos, Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim), com perdas entre 27% e 37% - patamar a que se junta Campanhã, a maior freguesia em termos de área e, conseqüentemente, de capacidade construtiva, com perdas de 33,49%. Num terceiro patamar situam-se as freguesias de Aldoar, Foz do Douro, Nevogilde e Paranhos, com perdas entre os 10,09% e os 14,88%. Lordelo do Ouro, que praticamente mantém o número de moradores, e Ramalde (que tem um acréscimo de 1712 moradores, ou seja, 4,72%) são as exceções à perda generalizada de população ocorrida nas freguesias do Porto.

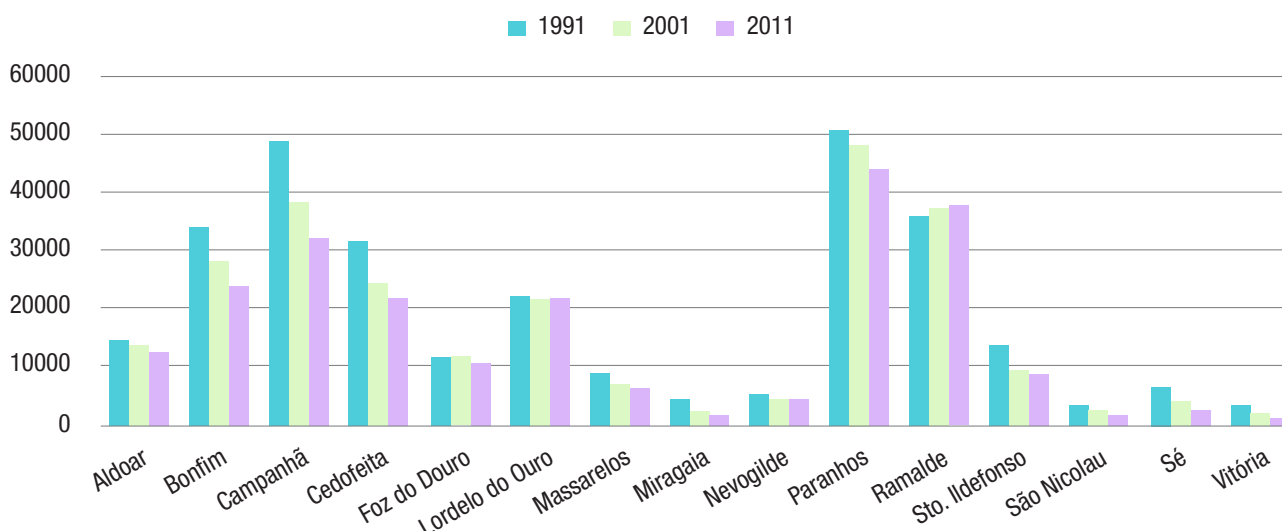


Gráfico 2 - Evolução da População Residente nas quinze Freguesias do Porto Fonte: Relatórios dos Censos 1991, 2001 e 2011

Em paralelo com esta perda de população regista-se um acentuado envelhecimento dos moradores do Porto. De facto, entre 2001 e 2012 os portugueses residentes com menos de 24 anos viram o seu peso relativo passar de 27,2% para 21,6%, mantendo-se quase constante os que se situam entre os 25 e os 64 anos (53,4% para 53,6%) e aumentando significativamente aqueles que têm 65 anos ou mais, que passam de 19,5% para 24,9% (sendo que, destes, mais de 50% têm 75 anos ou mais).

TOTAL		0-14 ANOS		15-24 ANOS		25-64 ANOS		65 E MAIS ANOS	
2001	2012	2001	2012	2001	2012	2001	2012	2001	2012
263.131	227.535	34.658	27.653	36.757	21.350	140.503	121.892	51.213	56.640
<b>Peso Relativo dos Escalões Etários</b>		13,2%	12,2%	14,0%	9,4%	53,4%	53,6%	19,5%	24,9%

Quadro 1 - Evolução da População Residente do Porto por escalão etário Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte (2001 e 2012)

Este envelhecimento da população tem, também, tradução na dimensão das famílias, que é muito reduzida (a média da cidade é de 2,36 pessoas/família). Embora não existam grandes variações de freguesia para freguesia, constata-se que nas freguesias de Santo Ildefonso, Miragaia, Vitória, Cedofeita, Sé, Bonfim, Massarelos e Paranhos, esse valor é ainda menor do que a média da cidade.

Os Censos de 2011 permitem constatar, também, a existência de um grande número de alojamentos devolutos na cidade – 26,88%, o que significa que mais do que um em cada quatro alojamentos da cidade estão devolutos!

Esta situação resulta da perda de população, da aposta cega em nova construção e, também, do fracasso da política de “reabilitação” levada a cabo desde 2004, com a criação da SRU/Porto Vivo.

Em particular, a situação é mais grave nas freguesias do Centro Histórico e da “coroa” de freguesias que as envolve (exceptuando Bonfim), onde a percentagem de alojamentos devolutos ultrapassa os 30%, sendo que em S. Nicolau e na Vitória esse valor atinge metade dos alojamentos existentes.

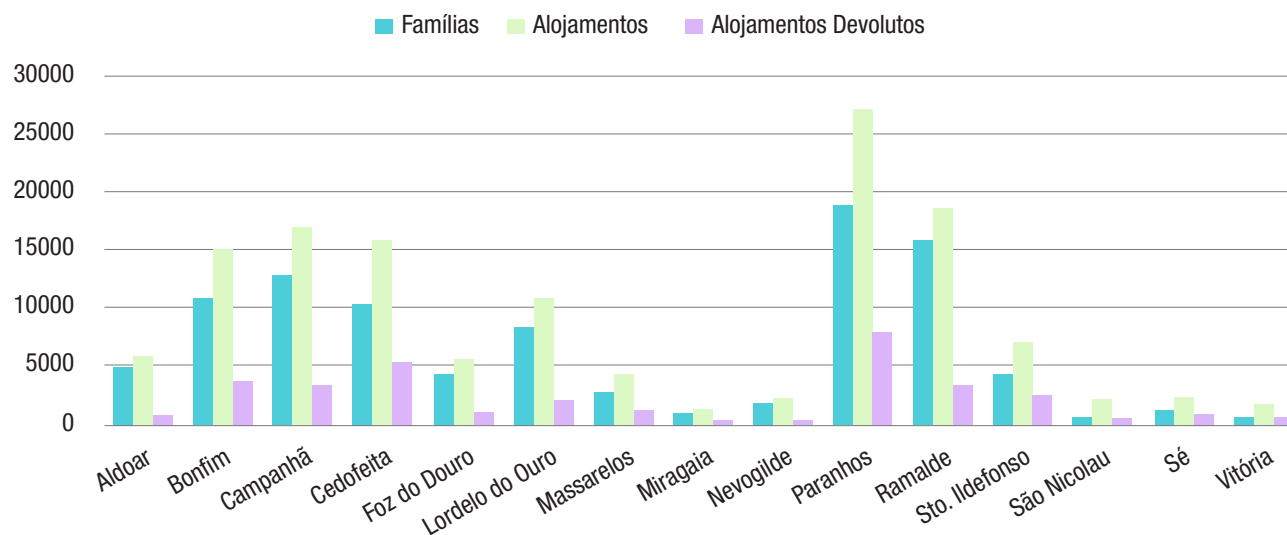


Gráfico 3 - Alojamentos devolutos por freguesia Fonte: Censos 2011

Ao nível das habilitações literárias, constata-se que o Porto mantém uma elevada percentagem de residentes sem frequência de qualquer nível de ensino (7,73%) – situação que se explica, fundamentalmente, pela existência de um elevado índice de idosos. Paralelamente a esta situação, constata-se, também, a existência de um elevado número de residentes que frequentam ou frequentaram (completa ou parcialmente) o ensino superior (21,7%).

Verifica-se, no entanto, que os níveis de habilitações literárias são bastante desiguais por freguesias, constatando-se que, regra geral, as freguesias do Centro Histórico e Campanhã são aquelas com maior percentagem de residentes

sem qualquer nível de ensino e com menor percentagem de residentes com frequência do ensino superior – o que, indirectamente, indicia a existência de menores níveis de rendimento nestas freguesias.

Analisando o tecido económico da cidade do Porto constata-se a predominância, em termos de estabelecimentos e de trabalhadores, do sector terciário, incluindo o comércio e o sector financeiro.

Efectivamente, a actividade económica “Comércio por Grosso e a Retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” é a de maior importância, quer em termos de estabelecimentos (23,33%), quer em termos de trabalhadores (19,74%). Ainda com um peso significativo surgem as “Actividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares”, com 17,20% dos estabelecimentos e 10,14% dos trabalhadores, as “Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio” (no fundamental, também actividades comerciais e de escritório) – com 13,24% e 17,52% respectivamente e a “Educação”, com 12,89% dos estabelecimentos e 14,8% do número de trabalhadores.

Os sectores produtivos, designadamente as “Indústrias Transformadoras” e a “Construção” têm, no Porto, um valor pouco significativo, atingindo, em conjunto, os 10% do número de trabalhadores dos respectivos estabelecimentos localizados na cidade.

Os números relacionados com as actividades “Financeiras e de Seguros”, que no Porto também assumem relevância, não constam do Anuário Estatístico da Região Norte (2012).

CAE - CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS	ESTABELECIMENTOS		TRABALHADORES	
	Nº	%	Nº	%
TOTAL	36.628	100,00%	143.555	100,00%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	312	0,85%	526	0,37%
Indústrias Extrativas	7	0,02%	27	0,02%
Indústrias Transformadoras	1.241	3,39%	8.126	5,66%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	59	0,16%	611	0,43%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	17	0,05%	900	0,63%
Construção	1.093	2,98%	6.281	4,38%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	7.821	21,35%	28.335	19,74%
Transportes e armazenagem	485	1,32%	4.650	3,24%
Alojamento, restauração e similares	2.441	6,66%	12.053	8,40%
Actividades de informação e comunicação	690	1,88%	5.915	4,12%
Actividades Financeiras e de Seguros	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Actividades imobiliárias	1.538	4,20%	2.705	1,88%
Actividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	6.300	17,20%	14.559	10,14%
Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	4.850	13,24%	25.150	17,52%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	2.260	6,17%	5.784	4,03%
Educação	4.721	12,89%	21.324	14,85%
Actividades de Saúde Humana e Apoio Social	1.273	3,48%	1.887	1,31%
Actividades Artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.520	4,15%	4.722	3,29%
Outras Actividades de Serviços	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Quadro 2 - Actividades económicas no concelho do Porto Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte (2001 e 2012)



Nos últimos anos, particularmente durante a concretização do Pacto de Agressão, a situação social na cidade do Porto sofreu uma radical agudização, como o provam os números do desemprego.

Efectivamente, desde Maio de 2011 (data da subscrição do Pacto), o número de inscritos nos Centros de Emprego aumentou na cidade do Porto em 54%, valor muito superior ao registado no país e no distrito do Porto. Este número, por si só impressionante, de 22.371 cidadãos do Porto inscritos nos Centros de Emprego (ou seja, quase 10% da totalidade da população residente em 2012), é ainda mais grave quando se sabe que muitos desempregados deixaram de estar inscritos, por força da emigração e/ou da desistência/perda de esperança em obtenção de um emprego.

	MAI/2011	JUN/2012	JUN/2013	FEV/2014	FEV/2014 - MAI/2011	FEV/2014 - JUN/2012
<b>PAÍS</b>	530.616	645.955	689.933	700.954	32,1%	8,5%
<b>DISTRITO DO PORTO</b>	125.039	150.724	162.312	165.982	32,7%	10,1%
<b>PORTO</b>	14.527	17.784	20.742	22.371	54,0%	25,8%

Quadro 3 - Inscritos nos Centros de Emprego Fonte: IIEFP

Se analisarmos o desemprego jovem (cidadãos com menos de 25 anos), constatamos que a sua taxa de crescimento foi ainda superior à média registada em termos globais (58,6% contra 54,0%), verificando-se, na cidade do Porto, uma taxa superior à registada a nível nacional.

Também uma análise dos níveis de desemprego dos cidadãos com formação superior mostra um crescimento assustador, numa cabal demonstração de desperdício de competências e de energia jovem que, aproveitada por uma política patriótica e de esquerda, daria um enorme contributo para o desenvolvimento regional e nacional.

Fruto desta situação, mas também do trabalho precário e dos índices de velhice da população, constata-se que a cidade do Porto tem dos maiores números de beneficiários do RSI – Rendimento Social de Inserção (22.805), o que corresponde a uma percentagem de 10% da população residente (a nível nacional essa taxa é de 4%).

	POPULAÇÃO	BENEFICIÁRIOS DO RSI	%
<b>PAÍS</b>	10.487.289	421.201	4,0%
<b>PORTO</b>	227.535	22.805	10,0%

Quadro 4 - Beneficiários do RSI Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte (2012)

## 2.2 Serviços Públicos

O Porto, enquanto concelho com uma posição central do distrito, é um importante pólo de concentração de um conjunto numeroso de serviços públicos que servem uma população muito vasta. Na generalidade, estes serviços dependem directamente da Administração Central (Ensino, Saúde, Segurança Social, Transportes, Justiça e Segurança), pelo que as opções políticas governamentais se reflectem directamente com grande expressão.

O ataque ao serviço público, consubstanciado também no ataque aos trabalhadores do sector público, tem-se traduzido no encerramento de serviços e no aumento do seu custo, ao serviço dos interesses privados que operam no Porto. Neste contexto, nos últimos anos encerraram ou estão apontados para encerramento diversas unidades de saúde e serviços de urgência, escolas, postos dos correios e esquadras e postos da PSP, a par com o início do processo de privatização das empresas públicas de transportes STCP e Metro do Porto.

A política municipal tem servido o mesmo propósito com a concessão a privados de serviços públicos e equipamentos sociais da cidade. Os falhanços da coligação municipal PSD/CDS em privatizar mais 50% dos serviços de limpeza e de

privatização de 49% do capital da empresa municipal Águas do Porto, assim como da privatização do estacionamento da via pública, corresponderam a importantes vitórias do protesto das populações e dos trabalhadores.

Os serviços municipais de recolha do lixo e limpeza da via pública privatizados, correspondentes a cerca de 50% do território do concelho, já custaram ao erário público, até ao momento, mais de 18 milhões de euros acima do que o que foi anunciado. Este exemplo demonstra claramente que uma política municipal ao serviço do povo não apenas não deve concretizar novas opções de privatização de serviços, como ainda deve colocar em cima da mesa a reversão para o Município dos serviços presentemente privatizados. No entanto, segundo declarações feitas entretanto por responsáveis da maioria da coligação Rui Moreira/CDS/PS, estão a ser ponderados novos processos de privatização, nomeadamente nas áreas da limpeza urbana e do estacionamento na via pública. A confirmar-se esta perspectiva, tal seria profundamente negativo.

Apesar dos “tiros de pólvora seca” do novo Presidente da Câmara do Porto, no essencial, a nova maioria Rui Moreira/CDS/PS tem assumido um posicionamento de colaboração com o Governo PSD/CDS no ataque aos serviços públicos no Porto. Disso mesmo são exemplos o acordo da Câmara do Porto com a privatização das empresas de transportes, o encerramento de esquadras da PSP e o encerramento sem alternativa capaz dos SASU da Rua da Constituição.

Adianta-se uma breve informação do ataque em curso aos serviços públicos da responsabilidade da administração central e aspectos sociais relevantes da cidade do Porto:

- No âmbito dos transportes públicos, está em curso o processo de entrega a privados. Este foi o motivo que esteve na base do plano de reestruturação da rede da STCP realizado recentemente, e que reduziu o número de carreiras e serviços, deixando muitas zonas sem transportes à noite e ao fim de semana, prevendo-se a continuação das medidas de redução da oferta de transportes públicos, com o preço dos bilhetes e passes a continuarem a sofrer aumentos. Por outro lado, o prometido alargamento da rede da Metro nos concelhos do Porto, Matosinhos, Gaia, Gondomar e Trofa continua a ser sucessivamente adiado. A fusão das administrações da STCP e do Metro foi concretizada tendo em vista a facilitação do processo de privatização.
- Na área da Saúde, destaca-se desde a 9ª Assembleia a redução do horário de atendimento de vários centros de saúde, assim como o encerramento do SASU que funcionava na R. da Constituição, sendo que a alegada alternativa não garante atendimento com a mesma extensão de horários. Por outro lado, não apenas persistem unidades a funcionar com graves carências de meios, como houve mesmo estabelecimentos cujo encerramento foi tentado, mas que a luta das populações impediu, como a Extensão de Azevedo do Centro de Saúde de Campanhã. É de realçar também a reorganização do mapa hospitalar da cidade e suas consequências, com a intenção de fecho do Hospital Joaquim Urbano, a incerteza sobre a manutenção de algumas valências dos serviços de urgências dos hospitais de S. João e Santo. António e a intenção de entregar este último à Misericórdia do Porto.
- Faltam apoios aos casais com filhos e verifica-se a ausência de uma rede pública de creches e berçários. Não existe também uma verdadeira rede pública de apoio aos idosos.
- Na segurança pública existe um défice de efectivos nas forças de segurança e estes são obrigados a exercer funções em esquadras que funcionam em condições de insalubridade ou risco de ruína. O governo, com o apoio da Câmara Municipal do Porto, está a proceder ao encerramento de várias esquadras no concelho, sem considerar alternativas, prosseguindo uma política de concentração gradual de meios, numa lógica de “super-esquadras”, pondo em causa o policiamento de proximidade.
- As carências ao nível da habitação são um dos problemas estruturais mais graves que afecta uma vasta camada da população portuense. Em paralelo ao despovoamento de partes significativas da cidade, com imóveis devolutos e degradados, existem outras zonas em que a população se concentra em habitações sobrelotadas, vivendo abaixo do limiar da pobreza. As políticas prescritas pelo Pacto de Agressão, com o aumento do desemprego e redução de salários, tiveram como consequência um crescente número de agregados que perderam a capacidade de suportar os encargos de habitação. O actual parque de habitação social não consegue dar resposta a esta situação, tendo mesmo registado uma diminuição do número de fogos existentes na cidade.
- No campo da Educação reflectem-se as consequências das políticas que têm vindo a ser prosseguidas, com a crescente redução dos meios e recursos de intervenção por parte da Escola Pública para dar resposta a fenómenos como o insucesso e abandono escolar precoce.

- As questões relativas à Igualdade de Género, numa cidade em que a população é maioritariamente feminina (55%) assumem grande importância uma vez que é entre as mulheres que problemas como o desemprego, a precariedade ou a conciliação do trabalho com a vida familiar atingem maior expressão.

## 2.3 Conclusão

A evolução da cidade do Porto nas últimas décadas e, em particular, nos últimos anos, traduz-se numa redução significativa da sua população, na perda de importância populacional no contexto regional e nacional, no envelhecimento e empobrecimento dos seus moradores e numa alteração significativa do seu tecido económico. Mantendo-se uma cidade com fortes assimetrias ao nível do desenvolvimento das suas freguesias.

Esta tendência que já se tinha iniciado anteriormente conheceu um forte agravamento com as políticas impostas pelo Pacto de Agressão das troikas. A Porto é assim actualmente uma cidade onde o fenómeno do despovoamento se acentuou e onde os fenómenos relacionados com o desemprego e a pobreza dispararam. Prova disso é o facto da percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção no Porto ser muito superior à média nacional. Os últimos dados estatísticos conhecidos ao nível do desemprego mostram a permanência dum forte desemprego estrutural a par com o crescimento exponencial do desemprego jovem.

Para inverter o processo de declínio da cidade de agravamento das assimetrias sociais são necessárias políticas públicas que contribuam para fixar população, actividades económicas e gerar emprego com direitos.

Políticas que promovam o investimento público e apoio às camadas mais desfavorecidas da população. As debilidades constatadas no concelho, a situação de desequilíbrio e declínio, são o resultado de décadas de políticas ao serviço do grande capital que opera na cidade, nomeadamente do sector financeiro e imobiliário, com a entrega de bens e serviços públicos para lógicas de rentabilização privada. Os portuenses têm sido expropriados da sua cidade. Importa por isso devolver o Porto às suas populações! É necessária e urgente uma política patriótica e de esquerda para Portugal, uma governação para a cidade assente nos valores de Abril e tendo nas pessoas a sua razão central e fundamental. É necessária uma ruptura com a política de direita que tem governado a cidade e o país, uma ruptura com as troikas e os condicionalismos externos impostos.

## 3 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA LOCAL

### 3.1 As Eleições Autárquicas de 2013

As eleições autárquicas de Setembro de 2013 produziram resultados que, a nível nacional e regional, foram globalmente muito positivos com o reforço de nº de votos e de mandatos da CDU. A eleição de novos vereadores da CDU nos concelhos limítrofes do Porto (Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo) e o reforço de posições na maioria das Assembleias Municipais e dezenas de freguesias do distrito, veio mostrar a consolidação da influência da CDU e do PCP.

No entanto, no caso específico da cidade do Porto, num universo de redução do nº de eleitores inscritos e de crescimento da abstenção, a lista da CDU para a Câmara Municipal obteve 7,38% dos votos expressos, correspondendo a menos 4.365 votos face às eleições de 2009, conseguindo manter a eleição de um vereador, num contexto eleitoral particular que contrariou a tendência de subida nacional da CDU. A lista da CDU para a Assembleia Municipal obteve 9,89% dos votos expressos, tendo a perda de votos sido menos significativa, permitindo manter os 4 mandatos obtidos pela CDU nas eleições de 2009. As listas da CDU para as assembleias de freguesia obtiveram 9,74% dos votos expressos que no seu conjunto representou uma pequena redução relativamente à votação obtida pela CDU nas eleições de 2009. Com os 12 mandatos alcançados a CDU conseguiu obter representação em todas as autarquias de freguesia da cidade, mantendo na generalidade a representatividade da CDU nas novas assembleias de freguesia, num contexto de redução global de mandatos, nomeadamente no Centro Histórico, devido ao processo de extinção de freguesias.

RESULTADOS CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO							
2013				2009			
LISTA	VOTOS	%	MANDATOS	LISTA	VOTOS	%	MANDATOS
PCP-PEV	8539	7,38	1	PCP-PEV	12904	9,8	1
RUI MOREIRA	45411	39,25	6				
PS	26237	22,68	3	PS	45682	34,7	5
PSD-PPM-MPT	24366	21,06	3	PSD-CDS	62507	47,48	7
BE	4166	3,6	-	BE	6552	4,98	-
I	1255	1,08	-				
PCTP/MRPP	343	0,3	-	PCTP/MRPP	-	-	-
PTP	279	0,24	-				
VOTANTES	115698	52,6	-	VOTANTES	131649	56,75	-
BRANCOS	2922	2,53	-	BRANCOS	1816	1,38	-
NULOS	2180	1,88	-	NULOS	1273	0,97	-

RESULTADOS ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO							
2013				2009			
LISTA	VOTOS	%	MANDATOS	LISTA	VOTOS	%	MANDATOS
PCP-PEV	11436	9,89	4	PCP-PEV	14506	11,02	4
RUI MOREIRA	40134	34,69	15				
PS	27413	23,7	10	PS	44422	33,75	14
PSD-PPM-MPT	23495	20,31	8	PSD-CDS	58160	44,19	18
BE	5760	4,98	2	BE	9893	7,52	3
I	1272	1,1	-	MEP	1261	0,96	-
PCTP/MRPP	-	-	-	PCTP/MRPP	-	-	-
PTP	330	0,29	-				
VOTANTES	115682	52,59	-	VOTANTES	131638	56,75	-
BRANCOS	34,26	2,96	-	BRANCOS	2204	1,67	-
NULOS	2416	2,09	-	NULOS	1184	0,9	-

RESULTADOS GLOBAIS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA DO PORTO							
2013				2009			
LISTA	VOTOS	%	MANDATOS	LISTA	VOTOS	%	MANDATOS
PCP-PEV	11266	9,74	12	PCP-PEV	13,403	10,18	21
RUI MOREIRA	36534	31,57	49				
PS	30025	25,95	39	PS	46155	35,06	79
PSD-PPM-MPT	25984	22,46	32	PSD-CDS	58471	44,42	99
BE	5470	4,73	5	BE	8940	6,79	8
PTP	85	0,07	-	OUTROS	253	0,19	-
VOTANTES	115708	52,61	-	VOTANTES	131638	56,75	-
BRANCOS	3683	3,18	-	BRANCOS	2917	2,22	-
NULOS	2661	2,3	-	NULOS	1499	1,14	-

Quadro 5 - Resultados Autárquicos 2013 na cidade do Porto

As eleições resultaram na vitória, sem maioria absoluta, da Lista de Rui Moreira, apoiada oficialmente pelo CDS/PP e por militantes do PSD, para além de outros sectores da direita e do poder económico da cidade. Esta candidatura resultou de divisões no espaço político do PSD, que se acentuaram posteriormente. Apresentando-se como “independente”, apesar de ter surgido no interior de um dos partidos que compunha a maioria cessante (o PSD) e ter um apoio expresso do outro partido (o CDS-PP), que até abdicou de se apresentar no Porto com a sua sigla, a Lista Rui Moreira, beneficiando de um voto útil contra a candidatura oficial do PSD de Luís Filipe Menezes, conseguiu obter votos em várias áreas políticas, nomeadamente de eleitores que anteriormente tinham votado no PSD e no PS. Apesar de ter sido uma candidatura oriunda dos partidos das políticas de direita, a Lista Rui Moreira/CDS acabou por adoptar também uma retórica anti-partidos que obteve acolhimento junto dum universo eleitoral desconfiado do populismo e da demagogia da candidatura oficial do PSD, encabeçada por Luís Filipe Menezes e dos partidos que se têm alternado na presidência do município.

As restantes forças políticas, PSD, PS e BE registaram globalmente resultados eleitorais negativos na cidade, com a perda de mandatos, votos e percentagem. O PS e o PSD registaram os piores resultados de sempre ao nível local. O PSD depois duma campanha baseada num discurso populista e demagógico passou para terceira força política. O PS, na votação para a Câmara perdeu quase 20 mil votos e 2 vereadores, acumulando também perdas significativas nas votações para a Assembleia Municipal e freguesias. Também o BE teve uma redução significativa de votos, nomeadamente na Assembleia Municipal, que levou à redução da sua representação, com menos 1 mandato.

Às eleições de 2013 apresentaram-se mais duas candidaturas do que em 2009 (Lista de Nuno Cardoso e PTP), promovendo a tendência para uma maior dispersão de votos. Estas candidaturas, nomeadamente a candidatura independente de Nuno Cardoso, tiveram uma votação residual.

### 3.2 Eleições para o Parlamento Europeu

As Eleições ao Parlamento Europeu do passado dia 25 de Maio traduziram-se num aumento da expressão e influência eleitorais da CDU – passando de 10.7% para mais de 12.6% – e o aumento do número de mandatos com a eleição do terceiro deputado, num contexto de redução do número total de deputados portugueses no PE, traduzindo-se assim num dos mais significativos êxitos eleitorais da CDU para o Parlamento Europeu, o mais expressivo dos últimos 25 anos.

Os resultados confirmam uma inequívoca derrota dos partidos do governo e uma contundente condenação da sua política. Um resultado que expressa no plano eleitoral o indissolúvel isolamento político e social do Governo PSD/CDS para o qual, a luta dos trabalhadores e do povo português e a intervenção coerente das forças que integram a CDU, deram a mais decisiva contribuição.

Ao nível do distrito, a CDU cresce mais de 6600 votos – passando de 8.2% para 9.9%. Ao nível da cidade do Porto, a CDU cresceu em termos percentuais de 9,74% para 12,45%, passando de 9 979 para 11 529 votos.

2014				2009			
LISTA	VOTOS	%	ELEITOS	LISTA	VOTOS	%	ELEITOS
PCP-PEV	416446	12,68	3	PCP-PEV	379707	10,66	2
PS	1033158	31,46	8	PS	946475	26,58	7
PSD-CDS	909932	27,71	7	PSD	1129243	31,71	8
				CDS	298057	8,37	2
BE	149628	4,56	1	BE	382011	10,73	3
MPT	234603	7,14	2	MPT	23415	0,66	-
OUTROS	294386	8,97	-	OUTROS	166519	4,68	-
VOTANTES	3283610	33,84	-	VOTANTES	3561502	36,77	-
BRANCOS	144951	4,41	-	BRANCOS	164917	4,63	-
NULOS	100506	3,06	-	NULOS	71158	2	-

Quadro 6 - Resultados Eleitorais Nacionais para o Parlamento Europeu

2014			2009		
LISTA	VOTOS	%	LISTA	VOTOS	%
PCP-PEV	11529	12,45	PCP-PEV	9979	9,74
PS	27593	29,8	PS	27366	26,71
PSD-CDS	27477	29,68	PSD	33114	32,32
			CDS	9491	9,74
BE	5121	5,53	BE	12213	11,92
MPT	7249	7,83	MPT	411	0,4
OUTROS	7769	8,39	OUTROS	4809	4,7
VOTANTES	92591	42,43	VOTANTES	102460	43,54
BRANCOS	3258	3,81	BRANCOS	3650	3,56
NULOS	2325	2,51	NULOS	1427	1,39

Quadro 7 - Resultados Eleitorais no Porto para o Parlamento Europeu

Estes resultados são um factor de confiança para afirmar não só a necessidade mas também a possibilidade de, pelo reforço da CDU, abrir caminho a uma política alternativa, patriótica e de esquerda que rompa com a política de direita que há décadas PS, PSD e CDS têm imposto ao País. Mais votos e mais mandatos para a CDU representam mais votos e mais mandatos para defender o povo, a região e o país, contra o encerramento de serviços públicos, em defesa do emprego com direitos, pela valorização dos salários e pensões.

### 3.3 O actual quadro político-partidário no concelho

O período que decorreu desde a última Assembleia da Organização confirmou no essencial o quadro político e partidário traçado, nomeadamente ao nível da actuação da coligação PSD/CDS que governava o Município, num contexto de ingerência externa a que o país se mantém sujeito.

Durante o seu último mandato, a coligação municipal PSD/CDS agravou a austeridade, com a redução do investimento municipal para níveis mínimos, perdendo mesmo fundos comunitários já contratualizados e que poderiam ter sido obtidos no contexto da reprogramação do QREN. Continuou a prossecução de uma política ao serviço dos grandes interesses económicos, nomeadamente ao nível imobiliário e financeiro, bem patente na lógica de reabilitação urbana, de que as Cardosas são um triste exemplo ou o nebuloso processo imobiliário do Bairro do Aleixo. Prosseguiu a demolição de habitação social, sem reposição dos fogos demolidos, aprovando um regulamento de gestão do parque habitacional de contornos anti-sociais. Acentuou uma postura anti-democrática e prepotente em relação às demais forças políticas e sociais.

Na sequência dos resultados das eleições autárquicas, em que nenhuma força política obteve uma maioria absoluta, assistiu-se à inédita constituição de uma coligação pós eleitoral entre a lista vencedora (Rui Moreira/CDS) e o PS, sendo que este partido (que obteve o seu pior resultado de sempre no Porto), abdicou dos seus compromissos programáticos, assumindo o papel de executante do programa de Rui Moreira e do CDS.

Efectivamente, num quadro político e institucional marcado pela ausência de maiorias absolutas nos órgãos municipais e na generalidade das freguesias, no qual seriam muitas as possibilidades de convergências em torno de questões concretas tendo em vista a resolução dos problemas existentes, o PS optou por dar total cobertura à candidatura de Rui Moreira. Com esta atitude, o PS deixou, mais uma vez, “cair a máscara”, demonstrando como eram falsos e oportunistas os seus apelos a uma “coligação de esquerda” que, objectivamente, apenas serviam para camuflar o seu papel na implementação de políticas de direita – quer no Porto, quer no País.

Entretanto, têm sido vários os indícios de divergências no interior da coligação Rui Moreira/CDS/PS, que resultam de questiúnculas e guerras internas, que reflectem a existência de sensibilidades políticas e projectos pessoais diferenciados, que, no entanto, convergem num projecto autárquico assente em opções e objectivos contrários aos interesses do povo e dos trabalhadores da cidade do Porto.



No período que decorreu após as eleições de Setembro de 2013, a maioria Rui Moreira/CDS/PS procurou gerar a percepção de início de um novo ciclo na gestão municipal, como foi o caso da designada “Frente Atlântica” ou do tratamento dado ao quadro financeiro comunitário 2014-2020. A campanha comunicacional de promoção de imagem, assente em grande medida nas expectativas de muitos portugueses, pretende passar a mensagem de que está a desbloquear os impasses e problemas que a gestão da coligação PSD/CDS tinha criado.

Contudo, nestes primeiros meses de gestão municipal, houve promessas eleitorais que ficaram por cumprir e há, ao nível das principais políticas, uma continuidade das opções políticas da coligação PSD/CDS liderada por Rui Rio. O orçamento municipal para 2014 foi disso bem exemplo, tornando-se um dos orçamentos mais baixos de sempre, com um dos menores níveis de investimento, na continuidade da austeridade de Rui Rio e da anterior coligação PSD/CDS. Decisões estratégicas para o futuro da cidade, como o Mercado do Bolhão, o Palácio de Cristal e as opções para o edifício do antigo Matadouro ficaram adiadas.

A prioridade a dar a Campanhã, assumida como um dos principais compromissos eleitorais, não se vislumbrou e até as acções de dinamização cultural sofreram cortes (incluindo as subvenções directas), apesar de toda a propaganda em contrário. Os exemplos da manutenção do despejo da Seiva Trupe do Teatro do Campo Alegre, da concessão para um café da Biblioteca do Marquês, a inexistência da Feira do Livro e a concessão da programação do Teatro Municipal Rivoli e Teatro do Campo Alegre, são demonstrações de continuidade de políticas. Mas há mais.

O não cumprimento da promessa eleitoral de Rui Moreira e de Manuel Pizarro de revogação do Regulamento de Gestão da Habitação Municipal, imposto no final do mandato anterior, tratou-se de um aspecto negativo. O processo de revisão do referido regulamento entretanto levado a cabo como alternativa à sua revogação, apesar das propostas apresentadas pela CDU, esteve longe de resultar na conclusão de regras justas e transparentes para a gestão dos bairros municipais.

Relativamente ao exercício do direito constitucional de livre colocação de propaganda política, destacam-se negativamente as várias retiradas de propaganda para as Eleições Europeias da CDU de toda a cidade, a par com o afrontamento assumido perante a Comissão Nacional de Eleições. O Acórdão do Tribunal Constitucional que resultou desta situação corresponde a um reforço das posições defendidas pelo PCP e a mais uma derrota de todos aqueles que em anteriores e no actual mandato procuram cercear a intervenção do PCP e de outras forças que dão combate às políticas de direita. Ainda sobre esta matéria, registre-se que a luta prolongada levada a cabo desde 2005 pelo PCP conduziu ao reconhecimento por parte da coligação Rui Moreira/CDS/PS da necessidade de alteração das normas municipais em vigor nesta matéria. O PCP continuará a intervir neste processo procurando salvaguardar que no respeito pela Constituição da República se anulem quaisquer condicionalismos ilegais ao livre exercício do direito de propaganda política.

A aceitação da privatização da Metro do Porto e da STCP, o acordo com o encerramento de esquadras da PSP, a aceleração da venda de património municipal e a opção estratégica relativa ao Bairro do Aleixo, são matérias marcaram a orientação da maioria Rui Moreira/CDS/PS neste início de mandato. Estes factos confirmam que a tão propalada mudança se tem vindo a traduzir numa continuidade de políticas em questões essenciais para o desenvolvimento económico e social da cidade do Porto.

Neste quadro, é importante insistir no reforço da intervenção e da organização do PCP nas várias frentes, mantendo o estilo de trabalho de proximidade aos problemas das populações que lhe é característico. No plano institucional, a acção dos eleitos deve continuar a ser orientada para dar voz aos problemas das populações, apresentando propostas para a sua resolução.

### **3.4 A ofensiva contra o Poder Local Democrático**

Nos últimos dois anos consolidou-se a ofensiva contra o poder local democrático. A lei dos compromissos, as alterações ao Imposto Municipal de Transacções e as sucessivas Leis do Orçamento de Estado, incidindo sobre as transferências para as autarquias assim como as reduções no número e nos salários dos trabalhadores municipais, vieram a criar constrangimentos importantes à acção das autarquias. Esta situação será ainda mais agravada com as regras que o Governo pretende impôr para a constituição do Fundo de Apoio Municipal. O quadro legislativo que foi criado estimula as autarquias, em muitos casos, ao recurso à externalização de serviços públicos ou à contratação de empresas de trabalho temporário para assegurar funções permanentes. A crescente tendência de transferências de competências do Estado para as autarquias em condições de subfinanciamento agrava ainda mais a capacidade da actuação autárquica, desresponsabilizando o Estado da concretização dos direitos constitucionalmente consagrados.

O processo de extinção de freguesias traduziu-se no Porto na sua redução de 15 para 7. Esta extinção e o processo de delegação de competências dos municípios para as autarquias de freguesia terá como consequência o despedimento de funcionários e o encerramento de equipamentos públicos levando a uma redução significativa dos serviços públicos de proximidade prestados às populações.

O recente exemplo do protocolo de ocupação do Edifício da Junta de Freguesia de Cedofeita pela PSP, confirma o acerto das críticas do PCP ao processo de extinção de freguesias e confirma que o Governo e as forças das políticas de direita tentarão acelerar a redução de equipamentos e serviços públicos.

## **4 ACTIVIDADE E INTERVENÇÃO POLÍTICA DO PCP NA CIDADE DO PORTO**

### **4.1 Participação na actividade geral do Partido**

A situação política decorrente da implementação do Pacto de Agressão e das políticas anti-populares e anti-sociais decorrentes da acção do Governo, exigiu uma intensificação da acção política do Partido, em múltiplas frentes. Neste quadro político de grande exigência e intensidade de intervenção, a organização do Partido na cidade do Porto manteve um elevado nível de actividade através de iniciativas próprias ou participando activamente nas iniciativas de âmbito regional ou nacional.

Merecem particular destaque as diversas acções realizadas no Porto no âmbito das comemorações do Centenário do Nascimento de Álvaro Cunhal, nomeadamente a grande exposição realizada em Dezembro de 2013 na Alfândega do Porto, onde a organização da cidade do Porto teve uma importante acção na sua montagem e funcionamento. Com mais de 7000 visitantes esta exposição foi um importante acontecimento político e cultural na cidade do Porto.

As comemorações anuais do aniversário do Partido, com elevada participação de amigos e simpatizantes do Partido, assim como o envolvimento em diversas outras iniciativas regionais e nacionais realizadas na cidade do Porto, caracterizaram o contributo da organização concelhia do Porto para a intervenção global do Partido.

Destacam-se pelo seu impacto público os quatro desfiles de protesto realizados na cidade do Porto com um grande envolvimento e participação de militantes e simpatizantes do PCP.

### **4.2 Trabalho Unitário e Luta de Massas**

O período que decorreu desde a 9ª Assembleia foi marcado pelo desenvolvimento da luta de massas. A intensificação da ofensiva contra os salários e direitos dos trabalhadores e dos pensionistas e os serviços públicos encontraram a resistência e o protesto dos trabalhadores e do povo português. As formas de luta desenvolvidas ao longo dos últimos dois anos na cidade do Porto adoptaram diversas formas (greves, manifestações, concentrações, protestos, entre outras).

A participação e a intervenção dos comunistas da cidade do Porto junto das organizações representativas de trabalhadores, contribuindo para a organização e dinamização do movimento popular de resistência e protesto contra a política do Governo e da troika foi um elemento decisivo nas acções de luta realizadas no Porto.

As grandes acções de luta nacionais, organizadas pela CGTP-IN, como as três greves gerais realizadas em 2012 e 2013, assim como as grandes manifestações nacionais e regionais, tiveram o envolvimento activo da Organização da Cidade do Porto do PCP.

Na luta das populações destacam-se as várias acções de protesto pela defesa dos serviços públicos e contra o seu encerramento ou privatização. Destacam-se as acções de protesto contra os encerramentos das estações dos CTT, de esquadras da PSP e da Extensão de Azevedo do Centro de Saúde de Campanhã, assim como a luta dos moradores dos bairros do IHRU contra os brutais aumentos de rendas. A luta das populações contra a extinção de freguesias mobilizou também muitos portuenses.

A luta dos trabalhadores e das populações, organizada em plataformas unitárias, é um elemento essencial na resistência à política anti-popular e anti-social do Governo e um factor de elevação da consciência política das massas.



A luta dos Reformados e Pensionistas, enquanto camada da sociedade portuguesa com problemas específicos e vítima de profundos ataques aos seus direitos, deve merecer uma maior atenção por parte da organização do Partido. No entanto, a jornada de luta dos Reformados e Pensionistas do passado dia 12 de Abril, com expressão no Porto num desfile, constituiu uma experiência importante que confirma as potencialidades do trabalho partidário e unitário nesta área.

No actual quadro político, o Movimento Sindical Unitário e as Comissões de Trabalhadores assumem um papel fundamental na resistência às ofensivas contra os direitos dos trabalhadores. O reforço do Movimento Sindical Unitário e das Comissões de Trabalhadores, com o aumento da taxa de sindicalização e da presença de delegados sindicais nos locais de trabalho, assim como a dinamização de acções em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, deverão ser uma prioridade da intervenção dos comunistas.

### **4.3 Informação e propaganda**

A informação e propaganda através de meios próprios representa uma ferramenta essencial para manter a visibilidade da organização do Partido e para a intervenção política dos comunistas junto das massas. É importante a diversificação das ferramentas de propaganda a utilizar, desde as formas mais tradicionais até às que se baseiam na utilização das novas ferramentas informáticas e redes sociais.

No período que decorreu desde a última assembleia, destaca-se a luta contra o regulamento municipal de propaganda, imposto pela coligação PSD/CDS, com o acordo do PS, que visava silenciar a presença do PCP no espaço público da cidade. A persistência da coligação municipal PSD/CDS em invocar este regulamento como pretexto para retirada das estruturas MUPI colocadas em algumas ruas, mesmo após os tribunais terem declarado a inconstitucionalidade destas normas, demonstrou que o seu objectivo principal foi sempre o de silenciar a voz do PCP e de outras forças sociais e políticas que dão combate às políticas de direita.

Ao nível do trabalho do Partido, tem-se privilegiado o contacto directo com as populações e os trabalhadores, a par com a presença de rua. As campanhas nacionais e regionais de propaganda, assentes em folhetos, sonorais e mupis, entre outros formatos, têm sido, no essencial, levadas a cabo com êxito.

As organizações editaram diversos materiais próprios em torno de problemas locais e profissionais específicos, experiências que importa valorizar e multiplicar, dando expressão à intervenção e propostas do Partido.

A utilização das ferramentas de comunicação proporcionadas pela internet tem vindo a ser dinamizada através dum sítio concelhio ([www.cidadedoporto.pcp.pt](http://www.cidadedoporto.pcp.pt)) e complementado, a partir da campanha eleitoral autárquica da CDU de 2013, com a presença no Facebook, contribuindo para a divulgação regular da actividade do Partido na cidade do Porto.

A imprensa do Partido (Avante e O Militante) é vital para a informação com verdade do que se passa no País e no Mundo, para a formação dos militantes comunistas e para o próprio reforço político, ideológico e organizativo do Partido. A sua difusão entre os militantes e simpatizantes na cidade do Porto é ainda insuficiente. As bancas que foram organizadas para a venda de números especiais do Avante mostram que há grandes potencialidades de aumento da difusão da imprensa do Partido.

### **4.4 Passeio das Mulheres CDU**

Trata-se de uma iniciativa que pela dimensão, pelo conteúdo, pelo ambiente, pelo convívio, pela agregação de centenas de pessoas, a maioria das quais sem partido, é sem qualquer dúvida, uma das maiores iniciativas políticas realizadas pela organização regional do Porto. Esta iniciativa representa também uma importante oportunidade de aproximação com muitas pessoas que habitualmente têm menos contacto com a actividade do Partido.

### **4.5 Festa do Avante**

A Festa do Avante é a maior iniciativa regular do Partido a nível nacional. A participação da Organização da Cidade do Porto na concretização da Festa é da maior importância política. A constituição de um grupo de trabalho para os

aspectos de participação da Organização da Cidade do Porto na Festa, envolvendo um número significativo de camaradas e amigos, tem contribuído para o seu êxito. Estima-se o envolvimento de mais de 100 camaradas e amigos nos diversos aspectos de organização e funcionamento (venda de EP's, organização de excursões, turnos de funcionamento do bar), o que se trata de um aspecto positivo a valorizar e aperfeiçoar.

## 4.6 Trabalho Institucional

O trabalho institucional desenvolvido pelos eleitos comunistas nos diversos órgãos autárquicos da cidade (Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia) assim como o dos deputados eleitos pelo distrito do Porto na Assembleia da República, marca a diferença relativamente às outras forças políticas. A intervenção política do PCP nas diversas instituições é uma componente inseparável do processo mais vasto da luta de massas por uma verdadeira alternativa de esquerda na cidade e no país. A intervenção política nestas instituições deve ter como objectivo dar visibilidade aos processos reivindicativos e de luta que correspondem às justas reivindicações dos trabalhadores e do povo. O trabalho articulado com as organizações de massas para a resolução dos problemas concretos da população é também um poderoso contributo para a elevação da consciência política e de classe das populações e da percepção de que a luta organizada é a principal ferramenta para a sua resolução.

Os princípios partidários relativos ao exercício de cargos públicos, nomeadamente de “não serem beneficiados nem prejudicados” no exercício de funções, assumem grande importância para o desempenho das tarefas assentes na confiança dada pelos cidadãos em sufrágio universal. Este compromisso dos comunistas demonstra assim, não em palavras mas em actos concretos, a disposição de fazer prevalecer a defesa dos interesses gerais da população sobre o interesse pessoal.

Na intervenção ao nível autárquico manteve-se o estilo de trabalho que caracteriza os eleitos da CDU na cidade, baseado num contacto muito intenso e regular entre os eleitos e as populações, onde se destaca a realização regular das visitas CDU, com a participação do vereador e de outros eleitos na Assembleia Municipal e das diversas freguesias. Muitas destas visitas têm sido realizadas a convite de grupos de moradores ou de associações, mostrando assim a confiança que têm na CDU como a única força que dá efectivamente um contributo determinante para a resolução dos problemas concretos das populações.

A CDU é também a única força política representada na Câmara Municipal do Porto que mantém um Gabinete de Atendimento aos Municípios, que funciona com uma regularidade semanal. Durante o período que decorreu desde a última Assembleia, os eleitos da CDU atenderam por esta via cerca de mil de pessoas.

A articulação com os eleitos do PCP na Assembleia da República eleitos pelo distrito do Porto, relativamente a áreas da competência da Administração Central, tem-se revelado muito importante. Destaca-se a realização dos “Mandatos Abertos”, com contactos directos com a população, e os diversos requerimentos, perguntas e pedidos de esclarecimento dirigidos pelos deputados do PCP ao Governo. Também os deputados do PCP no Parlamento Europeu intervieram em torno de várias questões do Porto, como por exemplo, a Reabilitação Urbana e a requalificação do Mercado do Bolhão.

Tem havido um esforço importante de coordenação da intervenção política dos eleitos comunistas nos diferentes órgãos autárquicos, através da realização regular de reuniões de eleitos, com resultados em termos de acerto de posições políticas, troca de experiência e de dinamização de um estilo de trabalho de contacto permanente com as populações.

Verificou-se um esforço de renovação e rejuvenescimento dos eleitos da CDU, que deve ter continuidade ao longo do mandato através de uma prática de rotação de exercício de funções nos órgãos deliberativos.

## 5 ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

A Organização da Cidade do Porto tem 1190 membros do Partido (menos 26 que na última Assembleia), distribuídos por 10 organizações de freguesia e 5 organizações de sector ou empresa. Segundo os dados do Balanço de Organização de 2013, a organização do Partido na Cidade conta com 65,3% de homens e 35,7% de mulheres. Em relação à composição

social, 21,5% são operários industriais, 49,5% são empregados, 10,6% são intelectuais e quadros técnicos, 4,9% são pequenos e médios empresários e 13,5% pertencem a sectores diversos (estudantes, domésticas, etc.), representando uma redução da presença relativa de operários.

No que diz respeito à composição etária, 4% têm até 30 anos, 19,2% entre 31 e 50 anos, 31,3% entre 51 e 64 anos e com mais de 64 anos são 45,3%. Estes dados confirmam a manutenção da tendência de envelhecimento da organização, que coexiste com o aumento do nº de camaradas mais jovens - há mais camaradas reformados e com 65 ou mais mas também mais jovens até aos 30 anos.

A nível local existem 9 Comissões de Freguesia e um organismo de direcção local (Centro Histórico).

A nível de empresa/sector profissional, existem 6 organismos, sendo 2 de direcção (bancários e seguros), 2 de sector (Enfermeiros e Limpeza e Vigilância) e 2 células de empresa (CMP/Águas do Porto e CGD).

Funcionam ainda vários organismos para frentes de trabalho específicas, nomeadamente Mulheres CDU, Festa do Avante, Fundos, Propaganda e Eleitos autárquicos.

Segundo o Balanço de Organização de 2013 há 138 camaradas a participar em organismos.

Nas organizações de base local estão inscritos 1008 membros do Partido e nas organizações de sector ou empresa 182 militantes.

O 19º Congresso do Partido e as resoluções do Comité Central apontam, como orientação da natureza de classe do Partido, que os militantes estejam organizados prioritariamente por células de empresa ou sectores profissionais e que, para tal ser concretizado, terá de ser continuado o esforço de organizar os novos membros do Partido neste tipo de organizações de base, prioritariamente com camaradas com menos de 55 anos, a par com o reforço das organizações profissionais existentes e da intervenção do Partido junto dos trabalhadores. Estas orientações são opções estratégicas do Partido, correspondentes à sua natureza de classe e de partido revolucionário.

## 5.1 Direcção da Organização da Cidade do Porto

Eleita em 2012, com 33 membros, teve 1 saída e 1 cooptação e funcionou com regularidade mensal. A DOCP correspondeu, no essencial, às exigências colocadas e esteve à altura das suas competências, orientando politicamente a acção geral do Partido na Cidade.

A renovação e o rejuvenescimento são aspectos a ter em conta. É necessário reforçar a presença de camaradas com tarefas regulares nas organizações de base. Continuaram a subsistir variadas temáticas, sectores, problemas, frentes de trabalho e de luta que, por dificuldades diversas, a DOCP continuou a não conseguir acompanhar com a proximidade necessária.

## 5.2 Organismos Executivos da DOCP

A DOCP tem 2 organismos executivos: Comissão Executiva e Secretariado.

A **Comissão Executiva**, a quem competiu o acompanhamento diário e a execução do trabalho de direcção, bem como a ligação a várias organizações e frentes de trabalho, conta com 10 membros, sendo 1 uma cooptação. No fundamental tem correspondido às necessidades de trabalho, naquilo que tem que ver com a ligação às organizações, frentes de trabalho e à intervenção institucional.

O **Secretariado**, a quem competiu o tratamento das questões de fundos, de quadros, de património, entre outras, conta com 4 membros. Este organismo permite um tratamento mais cuidado das suas áreas de competência e, em termos gerais, tem funcionado com a regularidade prevista.

### 5.3 Organizações de base

- Existe organização do Partido em 14 das 15 freguesias do concelho, sendo que no caso das freguesias do Centro Histórico existe um único organismo de direcção;
- Nevogilde não tem organização;
- Verifica-se um funcionamento regular da generalidade dos organismos;
- São notórios avanços importantes na responsabilização de novos quadros, mas existem dificuldades reais de renovação e rejuvenescimento em algumas organizações;
- Entre 2012 e 2013 foram responsabilizados 42 camaradas.

### 5.4 Organizações de sector ou empresa

- Existem as organizações dos Bancários, Seguros, Enfermeiros, Portaria e Vigilância, Câmara Municipal do Porto / Águas do Porto;
- Perspectiva-se a criação da célula da empresa Invicta Ambiente;
- Verificou-se um funcionamento regular da maioria das organizações;
- Deixou de se proceder à edição regular do boletim da Câmara/Águas do Porto;
- Foram editados vários documentos específicos dirigidos aos trabalhadores bancários;
- Nos sectores dos Bancários e Seguros, a questão do recrutamento e responsabilização de camaradas no activo é um aspecto que deve continuar a ser prioritário. Importa continuar a discussão sobre a criação de um organismo de direcção conjunto nestes sectores.
- A renovação e rejuvenescimento dos organismos do Partido são linhas de trabalho que importa prosseguir no sentido de preparar o Partido para os desafios do Futuro.

### 5.5 Grupos de trabalho

As reuniões de responsáveis de fundos e as reuniões de eleitos autárquicos nas freguesias e nos órgãos municipais funcionaram com regularidade.

Manteve-se o Grupo de Trabalho das Mulheres CDU e da Comissão da Festa do Avante.

### 5.6 Campanha Pela Elevação da Militância

Está a decorrer a Campanha pela Elevação da Militância que tem como objectivo o reforço orgânico, participativo e financeiro do Partido. Campanha que, como o próprio nome diz, visa propor a cada camarada que possa contribuir mais na sua participação partidária, na mobilização de mais camaradas para as tarefas do Partido, para a responsabilização de mais e mais militantes, para o esclarecimento dos trabalhadores e da população, e que tem como elementos, entre outros, a entrega de um novo cartão do Partido, o Programa e os Estatutos, assim como a actualização de dados.

#### 5.6.1. Recrutamento de novos membros do Partido

Em 2012 foram recrutados 34 novos camaradas e em 2013 foram 27. O recrutamento é a principal forma de contrariar o envelhecimento da organização, cuja média de idades se aproxima dos 60 anos. Importa atribuir mais atenção a esta tarefa, estabelecendo objectivos faseados por organização de base e fazendo o seu controlo de execução. É necessário continuar a acompanhar com mais rigor a integração dos novos militantes no Partido.

## 5.6.2. Imprensa do Partido

Actualmente são distribuídos semanalmente por via das organizações 118 jornais “Avante” e 37 revistas “O Militante”. Nesta matéria, aumentou-se em 14 os exemplares vendidos (Campanhã 10 e 4 no Bonfim). Em relação à revista “O Militante”, verificou-se o crescimento em 5 exemplares. Foram realizadas bancas de venda do “Avante!” por diversas ocasiões como o Aniversário do Partido, o Centenário do Nascimento de Álvaro Cunhal ou das Comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril. Estas bancas foram realizadas por várias organizações do Partido, em diversos locais da cidade.

## 5.7 Fundos

A situação financeira da Organização da Cidade do Porto caracteriza-se actualmente pelo equilíbrio entre Receita e Despesa, a par com o cumprimento pontual dos encargos. A necessidade de concretizar uma política de fundos do Partido assente em critérios de maior rigor na despesa e de alargar as receitas tem sido levada a cabo.

Na estrutura de Receita a rubrica de quotização é a que tem mais peso. Têm também muito significado a Festa do Avante e o Passeio das Mulheres CDU, iniciativas de carácter político. Nos últimos anos, tem crescido o peso da receita proveniente da contribuição dos membros das mesas de voto.

O pagamento da quota é um dever fundamental de todos os militantes, ao mesmo tempo que constitui a principal fonte de receitas do Partido. Actualmente pagam quota apenas cerca de 63,2 % dos militantes (dados de Dez. 2013, camaradas com pelo menos uma quota paga), a esmagadora maioria dos quais directamente na organização. A rede de camaradas que recebem quotas é em grande parte constituída por militantes de idade avançada. Este é um motivo de preocupação, sendo imperioso estimular as novas formas de recolha de quotas (Multibanco e Transferência Bancária) e alargar o nº de camaradas a receber e a pagar quotas.

## 6 PRINCIPAIS OBJECTIVOS E METAS DE TRABALHO - SÍNTESE

A dinamização e o desenvolvimento da luta de massas bem como o reforço da organização do Partido constituem eixos fundamentais da orientação geral do Partido, indispensáveis no quadro da luta contra as políticas de ingerência externa e de ataques aos direitos dos trabalhadores e do povo português.

Estes objectivos são indissociáveis e cada um é potenciador do outro, ou seja, o reforço da organização e o aumento da influência do partido potenciará o desenvolvimento da luta de massas e vice-versa.

Desta conclusão decorrem os principais objectivos do Partido que a 10ª Assembleia aprova como orientações centrais de trabalho:

- A discussão regular em todas as organizações do Partido, seja ao nível de empresa de sector ou de freguesia, dos principais problemas e preocupações sociais com que se debatem os trabalhadores e as populações, das respectivas áreas de intervenção, conhecendo melhor e intervindo mais;
- O incentivo e dinamização da luta reivindicativa dos trabalhadores e das populações em torno dos seus problemas concretos (direitos laborais, salários e rendimentos, defesa dos serviços públicos de proximidade, entre outros);
- Reforçar as organizações unitárias representativas dos trabalhadores (sindical e comissões de trabalhadores), defendendo o seu carácter de classe, de luta, unitário e de massas, inserindo as suas reivindicações específicas no quadro da luta mais geral em defesa de uma ruptura patriótica e de esquerda com o actual rumo;
- Acompanhar o movimento associativo e popular, colectividades, as associações de moradores, as associações de pais e outras, ajudando a superar dificuldades e a perspectivar a sua actividade, numa óptica reivindicativa em torno dos seus problemas específicos. Tomar medidas de ligação aos membros do Partido que intervêm no movimento associativo e popular, constituindo um grupo de trabalho para o efeito;

- Prosseguir a campanha “Pela Elevação da Militância”, procurando a sua concretização completa até ao final de 2014. Garantir a realização desta campanha cumprindo os objectivos políticos e administrativos associados, quer ao nível do envolvimento dos militantes na vida partidária, no recrutamento de novos militantes, no reforço da contribuição financeira, na promoção da imprensa partidária e o registo de opiniões sobre a situação política, económica e social;
- Estruturar o trabalho do Partido junto dos Reformados e Pensionistas, consolidando o funcionamento regular de uma comissão para o efeito;
- Reforçar o trabalho junto dos trabalhadores nos locais de trabalho e serviços da cidade, alargando o trabalho de organização a novos sectores;
- Melhorar o trabalho colectivo dos organismos do Partido, reunindo regularmente e reforçando a sua capacidade de intervenção política, no quadro da orientação geral do Partido;
- Progredir no recrutamento de novos militantes, elaborando listas de possíveis recrutamentos e fazendo o respectivo controlo de execução. Procurar a rápida integração dos novos inscritos nos colectivos partidários, prioritariamente nas células de empresa e a sua responsabilização por tarefas concretas. Esta Assembleia estabelece o objectivo de recrutamento de 75 novos militantes até à próxima Assembleia;
- Prosseguir a responsabilização de mais camaradas por tarefas partidárias;
- Promover iniciativas de apoio à formação política e ideológica dos quadros, nomeadamente cursos e debates dirigidos em especial aos novos militantes, e o incentivo à leitura dos materiais e da imprensa do Partido;
- Promover a difusão da imprensa do Partido, incentivando a assinatura do “Avante!” e do “O Militante” e o reforço dos ADE’s, aumentando até à próxima Assembleia a venda regular através da organização do Partido em 40 Avantes e 30 “O Militante”. Responsabilizar mais camaradas por estas tarefas. Aumentar a realização de bancas de venda e divulgação do “Avante!”;
- Dar prioridade ao reforço da capacidade financeira do Partido concretizando várias medidas: o aumento do nº de camaradas a pagar quotas; a actualização do valor das quotas tendo como referência 1% dos rendimentos mensais de cada camarada; o alargamento da rede de camaradas a receber quotas; a constituição de brigadas de recolha de quotas; a diversificação das formas de recebimento, incentivando o pagamento de quotas por multibanco e transferência bancária; a elaboração de listas de abordagens; o alargamento dos sorteios de Verão e de Natal; o melhoramento da participação na Festa do Avante e no Passeio das Mulheres CDU e a promoção de outras iniciativas de convívio potenciadores da recolha de fundos. Neste âmbito, a Assembleia destaca os objectivos de atingir o nº de 850 militantes a pagar quotas até ao final do próximo ano, dos quais 200 por transferência bancária e multibanco, e de, neste período, conseguir ainda que 150 militantes aumentem o respectivo valor mensal;
- Continuar a campanha de fundos para o novo CT Guilherme da Costa Carvalho, possibilitando melhorias e adaptações ao espaço, a par de medidas necessárias à sua dinamização. No que toca ao CT Lindo Vale, continuar com a campanha de fundos para as suas obras, a realizar este ano, para que no futuro se faça um uso mais proveitoso do espaço.
- Reforçar a nossa intervenção ao nível da propaganda, dotando o grupo de trabalho central com mais camaradas e procurando que cada organização assuma nos seus objectivos estas tarefas, valorizando a experiência adquirida;
- Continuar a reforçar a composição e tornar mais regular o funcionamento das comissões específicas já existentes, nomeadamente da Festa do Avante, das Mulheres CDU, dos Eleitos Autárquicos e de Fundos;
- Reforçar o estilo de trabalho institucional de permanente contacto com as populações e as forças vivas, de denúncia das políticas de direita e dos partidos que as concretizam e de apresentação de propostas no sentido da resolução dos problemas existentes. Nesse sentido, a concretização das visitas da CDU, a intervenção combativa nos órgãos autárquicos, a tomada de posição sobre questões locais, potenciando a intervenção do Grupo Parlamentar na Assembleia da República e dos Deputados no Parlamento Europeu, deve merecer um acompanhamento atento das organizações do Partido.